



INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS SOBRE DIREITOS DE PERSONALIDADE

INTERPRETATION OF CONTRACTS ON PERSONALITY RIGHTS

ROXANA CARDOSO BRASILEIRO BORGES

Professora Associada de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, da Universidade do Estado da Bahia e do Centro Universitário Estácio. Doutora em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Instituições Jurídico-políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Consultora e parecerista. roxanacbborges@gmail.com

Recebido em: 25.12.2016

Aprovado em: 23.03.2017

ÁREA DO DIREITO: Civil

RESUMO: O artigo objetiva propor critérios específicos para a interpretação dos negócios jurídicos sobre direitos de personalidade. A relativa disponibilidade dos direitos à imagem, ao nome e à privacidade e o conteúdo dos contratos de cessão de uso ou de licença, demandam uma interpretação a partir da dignidade da pessoa humana, não a partir de uma lógica exclusivamente econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de imagem – Cessão de uso – Licenciamento – Direitos de personalidade – Interpretação contratual.

ABSTRACT: This paper aims to propose specific rules for the interpretation of contracts on personality rights. The relative availability of the rights of image, name and privacy and the content of image rights contracts requires an interpretation under the light of dignity of human person, instead of a exclusively economic logic.

KEYWORDS: Image rights – Image rights contract – Licensing agreement – Rights of personality – Contract interpretation.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Disponibilidade relativa dos direitos de personalidade: autonomia privada e negócios jurídicos existenciais. 3. O conteúdo de negócios jurídicos sobre direitos de personalidade. 4. Peculiaridade dos negócios jurídicos sobre direitos de personalidade: extrapatrimonialidade, disponibilidade relativa e proteção da pessoa. 5. Normas gerais de interpretação de negócios jurídicos. 6. Peculiaridades da interpretação dos negócios jurídicos sobre direitos de personalidade: proposta de critérios específicos de interpretação. 7. Considerações finais. 8. Referências.

